

ALGUNS PRINCÍPIOS PARA O TRABALHO COM LÍNGUA PORTUGUESA EM CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES I

Lourenço Chacon JURADO FILHO*

RESUMO: Tratar da questão das unidades lingüísticas tem sido objeto de poucas contribuições para a atividade de formação de professores. Tento, neste artigo, dar algumas indicações sobre como conceber uma unidade através da qual seja possível levar a cabo essa atividade. Essa unidade é o texto.

UNITERMOS: Texto; lingüística e ensino de português.

1. PONTO DE PARTIDA

Para muitos, ainda hoje parece não haver dificuldades em se desenvolver um projeto de trabalho com a língua portuguesa; afinal, não só o projeto enquanto proposta como a própria consecução do trabalho podem ter como bússola e guarida uma tradição que há muito dirige a atividade e a própria reflexão sobre a língua portuguesa.

De acordo com essa tradição, o trabalho com a língua tem natureza essencialmente prescritiva, consistindo sobretudo em eleger dentre inúmeras manifestações lingüísticas aquelas que configuram o “bom uso” ou o “uso correto” da língua.

No entanto, a utilização da língua se orienta por critérios que muito pouco, ou nada, têm a ver com correção – pode-se, aliás, nesse sentido, quando muito pensar em usos regulares ou usos circunscritos a determinados propósitos. Ao não considerar, pois, a correção como critério organizador e legítimo da reflexão sobre os fatos lingüísticos, um projeto de trabalho com a língua portuguesa deve, com prioridade, definir a concepção de língua sobre a qual se assenta.

Não é fácil realizar essa tarefa. A língua é um fato de linguagem, assegura-se. Mas já se disse da linguagem ser de natureza psicológica ou social. De natureza histórica ou mesmo biológica. Poder-se-ia entender como necessário pensar a língua sob todos esses aspectos.

* Departamento de Lingüística – Universidade Estadual de Campinas – 13100 – Campinas – SP.

Contudo, ao pensar a língua em sua constante transformação, concorrendo para a constituição e manifestação da subjetividade e produzindo ainda a própria representação do corpo social, os aspectos de natureza histórica da linguagem sobrepõem-se necessariamente aos demais. É nesse sentido que serão aqui priorizados.

Portanto, a língua será concebida como produto histórico inacabado, ao mesmo tempo lugar da constituição de subjetividade e instrumento de ação social.

2. PARTIR DE QUE PONTO?

Há várias unidades por meio das quais a análise da língua costumeiramente se faz. Referimo-nos não só às unidades de análise utilizadas pelos gramáticos como também às aquelas de mais alto nível de formalização que os lingüísticos têm procurado estabelecer. Seja no que se refere a sua natureza formal, seja no que se refere a sua significação, porém, raras vezes essas unidades transcendem os limites da frase.

As pesquisas recentes em Lingüística tendem, contudo, a ver cada vez mais o texto como unidade central de organização dos elementos da língua. Nesse sentido, qualquer produção lingüística, oral ou escrita, constitui um texto.

Não se vê, todavia, o texto como mera soma ou justaposição de unidades de análise lingüística, tais como palavras, orações, períodos – o texto, aliás, nem sequer é definido em função de sua extensão. Vê-se, antes, o texto como unidade cuja estruturação interna responde a processos relacionados não só a fatores de ordem formal como também – e fundamentalmente – a fatores que têm a ver com a sua exterioridade. Ou seja, a organização interna do texto responde a processos que devem ser buscados em duas direções: na sua existência interna, propriamente lingüística, e na qualidade daquilo que flui da exterioridade. E aí língua e história se articulam.

Trabalhar com a língua é, em suma, trabalhar com as unidades que manifestam sua organização, quais sejam, os textos. Um trabalho dessa natureza deve, pois, ater-se prioritariamente ao estudo da produção textual, trabalho esse inseparável do da leitura.

Dado que o texto resulta de uma articulação específica entre material lingüístico e processos históricos, seu estudo se caracteriza justamente por detectar os elementos que atuam em sua construção e, logo, possibilitam tratar de sua significação.

Pode-se desse modo, ao se analisar a produção textual – e ao se produzirem textos –, não apenas exercitar o domínio da estrutura e do funcionamento da língua, como também, e principalmente, estender a reflexão sobre o papel e a própria natureza da linguagem.

3. COM QUEM E PARA QUE VAMOS?

Na medida em que se entende a língua como produto histórico inacabado, que funciona ao mesmo tempo como lugar da constituição da subjetividade e como ins-

trumento de ação social; na medida em que se vê no texto a unidade privilegiada de análise lingüística, a unidade que possibilita de modo exemplar apreender a relação entre os elementos da língua e os processos históricos, o estudo da língua passa necessariamente a ser um estudo crítico, pela razão mesma de que a análise da produção textual nada mais é do que a reconstituição de processos que estão presentes na organização textual e que permitem falar da significação de qualquer produção lingüística.

Pode-se atribuir um caráter subjetivo à produção textual; com efeito, a concretização de um texto é de responsabilidade de um sujeito. Não se pode, contudo, ignorar o caráter histórico dos elementos envolvidos nessa produção; sujeito, inclusive.

Esse fato adquire particular importância quando está em jogo a formação de professores. Em se tratando de futuros profissionais catalizadores e co-participantes do processo de conhecimento, nada mais necessário em sua formação do que o estudo do caráter histórico de sua subjetividade e dos processos de linguagem que a possibilitam. Para tanto, nada mais exemplar do que o trabalho com a produção textual.

É nesse sentido que tal estudo e tal trabalho não podem perder de vista o papel de instrumento de ação social que a língua exerce. Quando está em causa a prática pedagógica (duplamente presente no caso da formação de um novo professor), a reflexão sobre a estrutura e o funcionamento da língua só valerá a pena na medida em que promover o exercício crítico da ação social.

JURADO FILHO, Lourenço Chacon – Some principles to work with Portuguese Language in courses of formation of elementary school teachers. *Alfa*, São Paulo, **34**: 49-51, 1990.

ABSTRACT: To deal with the question of the linguistic unities has been a matter of few contributions to the Portuguese teaching work. Here, I've tried to give some indications about how to conceive an unity which is possible to carry this aim. The text has been the unity I have proposed to be worked with.

KEY-WORDS: Text; Portuguese teaching and Linguistics.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BENVENISTE, E. – *Problemas de lingüística geral*. São Paulo, Nacional, 1976.
- CANDIDO, A. – “A passagem do dois ao três (contribuição para o estudo das mediações na análise literária)”, Separata da *Revista de História*, nº 100, São Paulo, 1974.
- COURTINE, J. J. – “Définition d'Orientations Théoriques et Construction de Procédures en Analyse du Discours”, *Philosophiques*, Vol. IX, número 2, 1982.
- HALLIDAY, M. A. K. & HASAN, R. – *Cohesion in English*. London, Longman, 1976.
- ORLANDI, E. P. – “Segmentar ou recortar”. In: *Série Estudos 10: Lingüística: questões e controvérsias*. Uberaba (MG), Publ. do Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1984.